

## **Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integradas na Região Hidrográfica 4**

### **Parte 2 – Caracterização Geral e Diagnóstico**

#### **7.3.7 - Comunicação e Governança**

**Junho de 2012  
(Revisão Final)**



**UNIÃO EUROPEIA**

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional

## ÍNDICE

<b>7.3. Diagnóstico por área temática .....</b>	<b>7</b>
<b>7.3.7. Comunicação e governança .....</b>	<b>7</b>
7.3.7.1. Indicadores de caracterização .....	8
7.3.7.2. Análise SWOT.....	11
7.3.7.3. Questões significativas e causas .....	12

## Referências Bibliográficas

## QUADROS

Quadro 7.3.7. 1 – Indicadores quantitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança .....	10
Quadro 7.3.7. 2 – Indicadores qualitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança.....	11
Quadro 7.3.7. 3 – Análise SWOT da Comunicação e Governança .....	11
Quadro 7.3.7. 4 – Questões significativas relacionadas com a comunicação e governança	13

## **SIGLAS E ACRÓNIMOS**

ARH – Administração de Região Hidrográfica

CRH – Conselho da Região Hidrográfica

DQA – Diretiva-Quadro da Água

GNR – Guarda Nacional Republicana

MTD's – Melhores Técnicas Disponíveis

PGBH – Plano Gestão da Bacia Hidrográfica

QUAR – Quadro de Avaliação Estratégica e Responsabilização

RH – Recursos Hídricos

RH4 – Região Hidrográfica 4

SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

## **FICHA TÉCNICA**

### **Cliente**

ARH Centro, I.P. – Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.

### **Referência do Projeto**

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis

### **Descrição do Documento**

Diagnóstico da Comunicação e Governança – Área Temática 7

### **Referência do Ficheiro**

RH4\_P2\_S7\_3\_7\_RT\_final.docx

### **N.º de Páginas**

15

### **Autores**

Dr. José Carlos Correia

### **Outras Contribuições**

Eng.º Rui Coelho

Eng.ª Elisabete Raimundo

### **Diretor de Projeto**

Eng.º Rui Coelho

### **Data da 1.ª versão**

29 de Março de 2011



## REGISTO DE ALTERAÇÕES

Revisão / Verificação	Data	Responsável	Descrição
01	30/06/2011	José Correia	Revisão dos indicadores tendo por base as alterações na Caracterização Específica
02	26/09/2011	José Correia	Revisão com base no Parecer Final da ARH do Centro
Final	Junho 2012	José Correia	Revisão Final



### 7.3. Diagnóstico por área temática

#### 7.3.7. Comunicação e governança

O atual quadro legal da gestão da água é composto por um conjunto alargado de diplomas, que teve origem na Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, também designada Diretiva-Quadro da Água (DQA). A DQA estabeleceu um quadro de ação de âmbito comunitário para o domínio da política da água que constitui hoje a ferramenta principal para a gestão integrada dos recursos hídricos.

A DQA foi transposta para o direito nacional pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água), complementada pelo Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março.

A DQA e a Lei da Água introduziram novos conceitos e estratégias para a gestão e proteção dos recursos hídricos, designadamente a introdução do estado ecológico como medida de avaliação do estado das massas de água superficiais, a aplicação do princípio de recuperação do custo dos serviços hídricos e a promoção da participação pública na gestão da água.

A constituição das ARH, criadas pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, foi determinada e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, com o objetivo de prosseguirem com as atribuições em matéria de planeamento, licenciamento, fiscalização, monitorização dos recursos hídricos e gestão de infraestruturas do domínio hídrico nas respetivas regiões hidrográficas. Entre essas atribuições, a Lei da Água, na alínea a) do n.º 6 do artigo 9.º, e o Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º, consagram a elaboração e execução dos planos de gestão de bacias hidrográficas.

Neste âmbito, foi criada e constituída a ARH do Centro, I.P., com sede em Coimbra, para o exercício das respetivas competências e atribuições na área territorial abrangida pela RH4.

Segundo o Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, as ARH, I. P., foram criadas para com especial “motivação para a construção de uma perspetiva de gestão integrada dos recursos hídricos, baseada na cooperação com os diferentes utilizadores, públicos ou privados”. Para tal, na sua formação estabeleceu-se um nível de proximidade elevado entre quem decide e quem executa, para “garantir a integração intersectorial, a compatibilização de interesses divergentes e que, simultaneamente, confira uma responsabilidade partilhada para a consecução de objetivos ambientais”.

Para assegurar o seu sucesso é de fundamental importância a participação de todos os atores e interessados, pelo que há um especial empenho na disponibilização e acesso do público à informação sobre os recursos hídricos.





Sem prejuízo do trabalho já feito pela ARH do Centro nesta matéria, importa identificar as lacunas ou os aspetos positivos passíveis de potenciar nas ações e ferramentas disponíveis e dar especial enfoque à elaboração do PGBH do Vouga, Mondego e Lis e ao seu seguimento durante a sua implementação.

Este aspeto toma especial relevância se atendermos a que entre os objetivos deste projeto está a promoção do acesso à informação e à participação pública nos processos de tomada de decisão e na definição de instrumentos de gestão, incluindo as entidades gestoras, os grupos de interesse e os utilizadores da água.

#### **7.3.7.1. Indicadores de caracterização**

De acordo com “Relatório de Atividades de 2009” elaborado pela ARH do Centro, já foram definidos objetivos estratégicos e operacionais relacionados com a promoção da cidadania e acesso do público à informação sobre os recursos hídricos e o seu planeamento.

A ARH do Centro possui também um conselho consultivo, o Conselho de Região Hidrográfica (CRH), no qual estão representados os ministérios, outros organismos da Administração Pública e os municípios diretamente interessados e as entidades representativas dos principais utilizadores relacionados com o uso consumptivo e não consumptivo dos recursos hídricos, bem como as organizações técnicas, científicas e não governamentais representativas dos usos da água na região hidrográfica.

No âmbito da comunicação e governança a ARH do Centro definiu como principais objetivos estratégicos:

- Promover a cidadania aumentando o nível de acesso à informação via *internet*;
- Promover a cidadania, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos.

Associados aos objetivos estratégicos, a ARH do Centro identificou objetivos operacionais e indicadores, de eficácia, eficiência e qualidade. A ARH do Centro define ainda, para cada ano, as metas a serem cumpridas no ano seguinte e as principais medidas e ações a implementar para atingir os objetivos propostos. Os resultados obtidos relativos aos indicadores são apresentados no Quadro de Avaliação Estratégica e Responsabilização (QUAR), de acordo com o previsto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, bem como na Deliberação do Conselho de Ministros n.º 772/2007, de 27 de Dezembro de 2007, sendo disponibilizados no Portal da ARH do Centro.

A análise geral dos QUAR (2009, 2010) permite constatar que houve um esforço considerável por parte da ARH Centro para concretizar estes objetivos, nomeadamente com a disponibilização do portal de *internet* e a crescente disponibilização de informação sobre os recursos hídricos, a dinamização do CRH e a promoção de ações de sensibilização e divulgação da região hidrográfica.

No entanto a ARH do Centro tem ainda outros mecanismos de relacionamento com o público e com os utilizadores, nomeadamente ao nível das suas responsabilidades de fiscalização direta e indireta, nomeadamente através dos serviços especializados da GNR na área ambiental, o SEPNA.

A ARH do Centro tem feito um esforço considerável na promoção da cidadania, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos, nomeadamente a nível do desenvolvimento de um sistema de informação *on-line*, onde os cidadãos/utentes tenham acesso fácil não só a dados relativos aos recursos hídricos da região, como aos serviços disponibilizados pela ARH do Centro.

As metas para o número de parcerias estabelecidas com entidades públicas ou privadas, em 2009 e 2010, foram superadas. Em 2009 foram estabelecidas 4 parcerias e em 2010, 5. As parcerias com entidades públicas ou privadas com o objetivo de melhorar a capacitação técnica e o conhecimento sobre os recursos hídricos foram, fundamentalmente, desenvolvidas no âmbito da colaboração em projetos de investigação.

No Quadro 7.3.7. 1 apresentam-se sintetizados alguns indicadores quantitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança da ARH do Centro, considerando a disponibilidade de dados para a sua quantificação.

Da sua análise ressalta a insuficiência de dados para vários indicadores relevantes e a ausência de dados desagregados por bacia e sub-bacia. Assim, as linhas gerais de ação deverão visar não só aumentar a abrangência da análise suprimindo as lacunas de dados para vários indicadores, assim como fazer a sua desagregação para permitir uma análise mais objetiva e diferenciada, em função das diferenças territoriais na temática dos recursos hídricos.



Quadro 7.3.7. 1 – Indicadores quantitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança

Indicador	Unidade	Área do PGBH	
Pressão		2009	2010
Reclamações e forma da reclamação (correio eletrónico, telefone, carta)	N.º	n.d.	n.d.
Ações de fiscalização realizadas	N.º	168	332
Estado			
Reuniões do CRH	N.º	3	3
Participantes nas Reuniões do CRH	N.º médio / reunião	32	34
Parcerias com entidades públicas e privadas	N.º	4	5
Acções de sensibilização e divulgação	N.º	22	14
Visitas ao Portal da ARH do Centro	N.º	---	23910 <sup>(1)</sup>
Documentos/Relatórios sobre o estado da RH divulgados	N.º	89	97
Resposta			
Acções de divulgação e promoção da elaboração de planeamento dos RH	N.º	n.d.	n.d.
Participações escritas na elaboração de planeamento dos RH	N.º	n.d.	n.d.
Consultas a documentos relativos à elaboração de planeamento dos RH, via portal da ARH do Centro	N.º	n.d.	n.d.
Reuniões de divulgação durante a elaboração de planeamento dos RH	N.º	n.d.	n.d.
Participantes em reuniões técnicas, durante a elaboração de planeamento dos RH	N.º	n.d.	n.d.

Fonte: ARH do Centro; (1) Dados de acesso geral, que incluem os acessos internos e do público em geral; n.d. – dados actualmente não contabilizados.

Quadro 7.3.7. 2 – Indicadores qualitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança

Indicador	Descrição
Órgãos consultivos	Conselho da Região Hidrográfica (CRH) do Centro Conselho consultivo da Ria de Aveiro
Entidades com as quais a ARH do Centro tem parcerias para reforçar a fiscalização	Cooperação com o SEPNA Cooperação com a Autoridade Marítima
Responsáveis pela aplicação da DQA	Principais responsáveis - INAG e ARH

#### 7.3.7.2. Análise SWOT

No Quadro 7.3.7. 3 sistematiza-se o diagnóstico relativo à comunicação e governança, recorrendo a uma análise SWOT, realizada com base em informação disponibilizada pela ARH do Centro, no Relatório de Atividades de 2009 e nos Planos de Atividades de 2010 e 2011 da mesma entidade e no documento “Questões Significativas da Gestão da Água” desenvolvido pelo INAG (2009) com o apoio da ARH do Centro.

Quadro 7.3.7. 3 – Análise SWOT da Comunicação e Governança

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Nova visão da temática dos recursos hídricos, decorrente da DQA e da Lei da Água, relativa à informação e divulgação pública.</li> <li>– Aplicação de regime económico e financeiro às utilizações da água, com base nos princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador.</li> <li>– Promoção da cidadania, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos.</li> <li>– Promoção de parcerias com outras entidades públicas e privadas.</li> <li>– Participação alargada e responsabilização dos vários atores com responsabilidades na gestão e planeamento dos recursos hídricos, através do CRH.</li> <li>– Crescente disponibilização de informação atualizada sobre o estado dos recursos hídricos.</li> <li>– Interesse histórico do público em geral na temática dos recursos hídricos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Falta de cultura participativa da sociedade em geral, em processos de planeamento e gestão.</li> <li>– Dispersão ou falta de informação sobre os recursos hídricos, disponível ao público.</li> <li>– Pouco interesse e/ou reduzida participação dos atores intervenientes na temática dos recursos hídricos.</li> <li>– Necessidade de organizar a informação sobre os recursos hídricos, de forma sistemática e acessível.</li> <li>– Insuficiente consciência ambiental na utilização dos recursos hídricos.</li> </ul>



Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>– Oportunidade para alterar procedimentos e regras no âmbito de os adaptar às exigências legais comunitárias e nacionais mais recentes, dada a existência de um quadro legal abrangente, que integra diversas áreas relacionadas com a gestão dos recursos hídricos.</li><li>– Interação entre instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos mais intensa e articulada.</li><li>– Sistematização de informação sobre os recursos hídricos e sua disponibilização pública.</li><li>– Crescente sensibilização da população sobre os problemas de poluição e escassez da água.</li><li>– Consciencialização dos utilizadores para a necessidade da preservação da água, em qualidade e quantidade – adoção de MTD's e custo económico da água.</li><li>– Internalização dos custos e benefícios associados à utilização da água.</li><li>– Responsabilização dos vários atores com responsabilidades na gestão dos recursos hídricos.</li><li>– Implementação facilitada de medidas de gestão dos recursos hídricos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Dificuldade de investimento imediato dos utilizadores na adoção de MTD's.</li><li>– Dificuldade na aceitação do regime económico e financeiro da água.</li><li>– Resistência à responsabilização dos utilizadores na adoção de medidas de gestão específicas, com interferência direta nas suas atividades.</li><li>– Dificuldade ou resistência à disponibilização de dados de utilização dos recursos hídricos, numa base mais alargada.</li><li>– Meios insuficientes para a recolha, organização e disponibilização de informação sobre os recursos hídricos, de forma sistemática.</li></ul>

#### 7.3.7.3. Questões significativas e causas

No documento “Questões Significativas da Gestão da Água - Região Hidrográfica do Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste”, de Janeiro, 2009, elaborado pelo INAG com o apoio da ARH do Centro, são igualmente identificados pontos fortes e fracos com base em indicadores que estimam:

- A eficiência das fiscalizações;
- A medição e autocontrolo das captações de água e descargas de águas residuais.

No Quadro 7.3.7. 4 apresenta-se uma síntese das principais causas que determinaram que alguns pontos fracos indicados tenham sido identificados como questões significativas da gestão da água na RH4.

**Quadro 7.3.7. 4 – Questões significativas relacionadas com a comunicação e governança**

Questões Significativas	Causas
Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Meios humanos, técnicos e logísticos insuficientes (principal causa).</li> <li>– Alguma dificuldade na articulação com outros serviços/entidades com competência nas áreas da fiscalização e.</li> <li>– Dificuldade de desenvolvimento dos processos de contraordenação.</li> <li>– Alguma dificuldade de resposta atempada a reclamações atendidas.</li> </ul>
Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Algumas captações de água não incluem a medição de caudais captados, desconhecendo-se com rigor suficiente os consumos e as perdas e desperdícios de água em termos quantitativos.</li> <li>– Descargas de águas residuais sem autocontrolo ou com autocontrolo em inconformidade.</li> <li>– Pedidos de renovação dos títulos com alguma frequência não são requeridos nos prazos.</li> </ul>



## Referências Bibliográficas

INAG (2009) - “Questões Significativas da Gestão da Água - Região Hidrográfica do Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste”, Janeiro de 2009.

ARH do Centro (2009) – “Relatório de Atividades de 2009”.

ARH do Centro (2009) - “Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas no Âmbito da Ria de Aveiro”.

ARH do Centro (2010) – “Plano de Atividades de 2010”.

ARH do Centro (2009) – “Quadro de Avaliação Estratégica e Responsabilização”.

ARH do Centro (2010) – “Quadro de Avaliação Estratégica e Responsabilização”.

[http://www.arhcentro.pt/website/ARH do Centro/Dep. Financeiro Administrativo e Juridico/QUAR.aspx](http://www.arhcentro.pt/website/ARH_do_Centro/Dep._Financeiro_Administrativo_e_Juridico/QUAR.aspx)